



O BOEP — Boletim Estatístico do Emprego Público — é uma publicação semestral através da qual a DGAEP divulga dados e indicadores estatísticos sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, recolhidos pelo Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE).

A informação disponibilizada neste número atualiza os valores divulgados no BOEP N.º 28 e é complementar à divulgada na Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP) 3.º trimestre de 2025. Esta edição visa colocar em destaque, do conjunto de dados sobre emprego entretanto recolhidos, referentes ao 1.º semestre de 2025, as tendências mais atuais de alguns dos principais indicadores estatísticos.

A informação estatística mais detalhada é apresentada em ficheiros [Excel](#).

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---|
| 1. Nível de escolaridade nas administrações públicas | 1 |
| 2. Principais indicadores etários nas administrações públicas | 3 |
| 3. Trabalhadores com deficiência nas administrações públicas | 5 |
| 4. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado | 6 |

II. ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- | | |
|---------------------------------------------------------------------|---|
| 5. Emprego em empresas públicas e demais entidades do setor público | 6 |
|---------------------------------------------------------------------|---|

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Nível de escolaridade nas administrações públicas

Em 30 de junho de 2025, mais de metade (56,4%) dos 760 928 trabalhadores das administrações públicas (AP) detinham habilitações ao nível do ensino superior, enquanto 27,6% detinham o ensino secundário e 16,0% apenas o ensino básico. Cerca de 14,1% possuíam um nível de escolaridade superior a licenciatura (10,7% com mestrado e 3,4% com doutoramento).

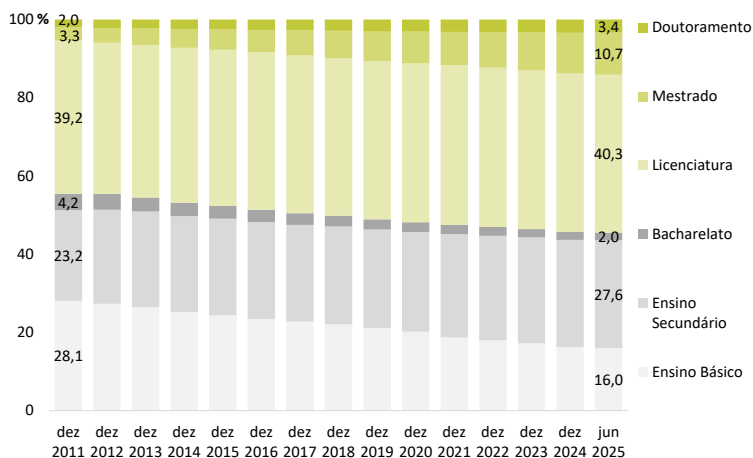
Entre dezembro de 2011 e junho de 2025, nas administrações públicas, verificou-se um aumento de 7,7 p.p. de trabalhadores com o ensino superior e uma

diminuição de 12,1 p.p. de trabalhadores com o ensino básico (Gráfico 1.1). Em junho de 2025, o nível de tecnicidade do emprego, medido pela proporção de trabalhadores com ensino superior, era elevado (56,4%), situando-se 21,8 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa¹ (34,6%).

Em junho de 2025, a proporção de mulheres nos diferentes níveis de escolaridade era quase sempre superior à dos homens (com exceção do ensino básico), sendo esta proporção mais elevada entre os trabalhadores com bacharelato, licenciatura ou mestrado (proporção acima de 62,5%, correspondente à proporção de mulheres na AP) (Gráfico 1.2).

¹ Fonte: INE, Inquérito ao Emprego – 2º trimestre de 2025.

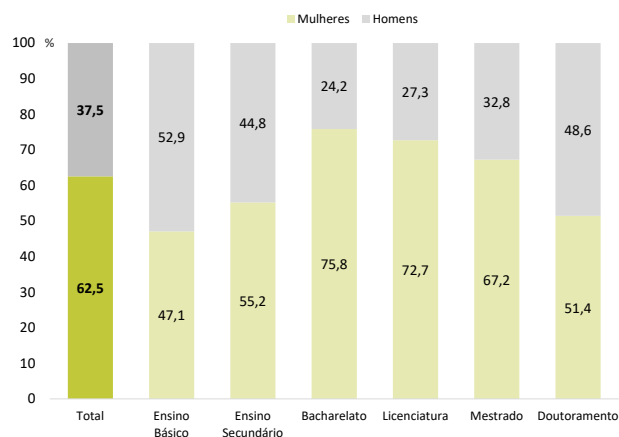
Gráfico 1.1 | Nível de escolaridade do emprego nas administrações públicas, 31 de dezembro 2011 a 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

Nas três carreiras com maior representatividade no emprego da AP, os níveis de escolaridade mais prevalentes eram: o ensino básico (58,0%) na carreira de assistente operacional/operário/auxiliar, o ensino

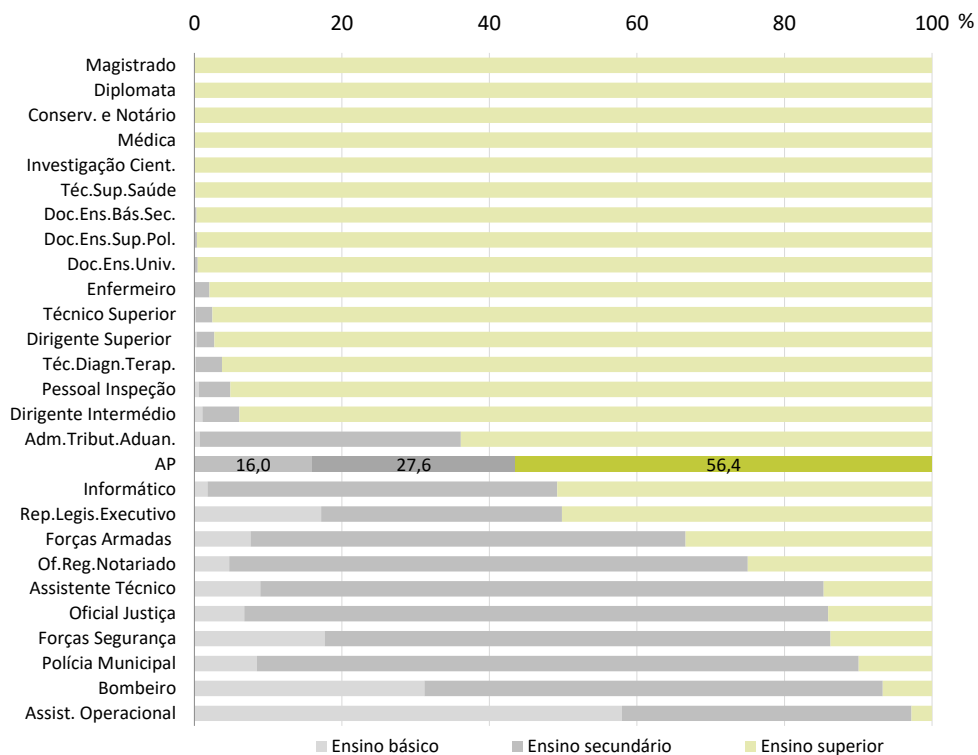
Gráfico 1.2 | Repartição por sexo do emprego nas administrações públicas por nível de escolaridade, 30 de junho de 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

superior (99,7%) nos educadores de infância e docentes de ensino básico e secundário, e o ensino secundário (76,4%) nos assistentes técnicos e administrativos (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 | Repartição por nível de escolaridade do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 30 de junho de 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

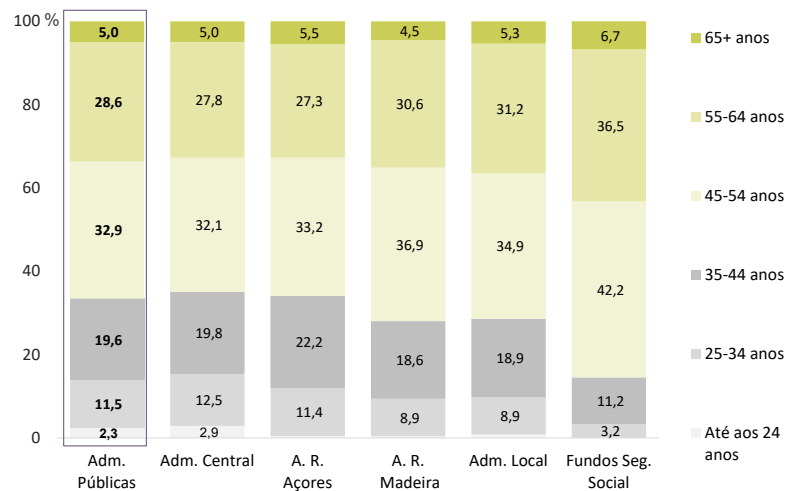


2. Principais indicadores etários nas administrações públicas

Em 30 de junho de 2025, dois terços (66,6%) dos postos de trabalho das administrações públicas eram ocupados por trabalhadores com 45 e mais anos.

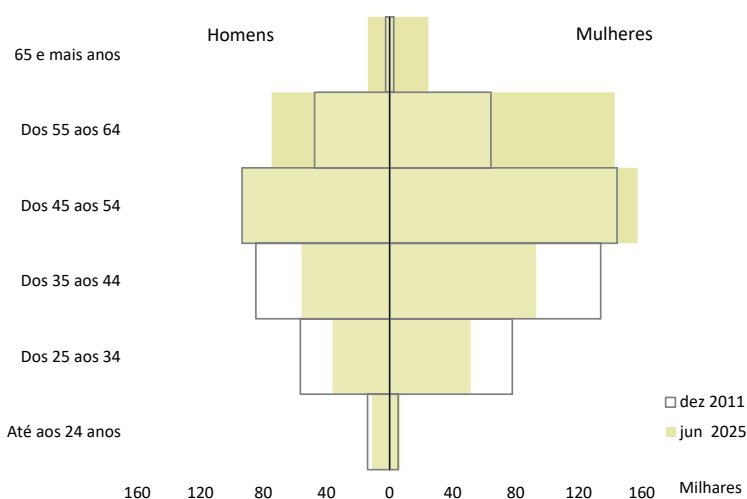
A análise da estrutura etária por subsetor revela que o emprego na administração central tem médias etárias mais baixas (35,2% dos trabalhadores tinham menos de 45 anos), enquanto na administração local, na administração regional da Madeira e nos fundos da segurança social tinham maior proporção os escalões etários com 45 e mais anos (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 | Estrutura etária por subsetor, 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

Gráfico 2.2 | Pirâmide etária do emprego nas administrações públicas em 31 de dezembro 2011 e 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

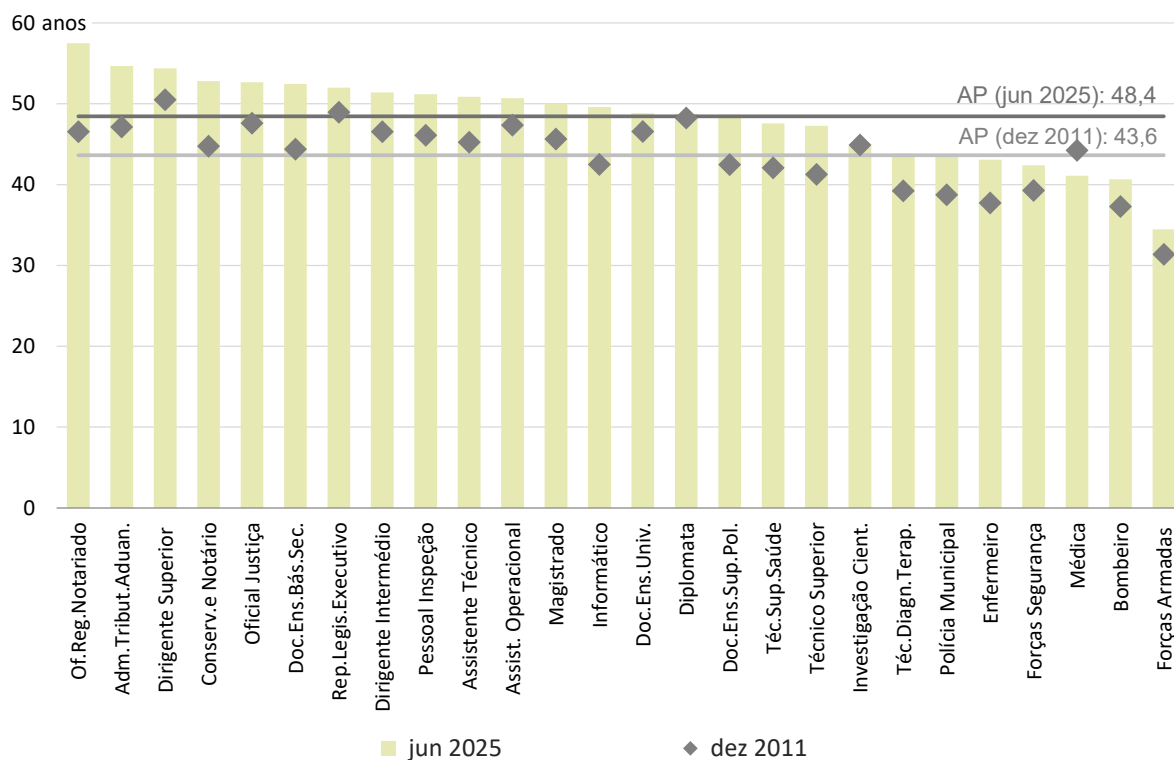
Quando comparada com o início da série (dezembro de 2011), a base da pirâmide etária (que corresponde aos trabalhadores mais jovens) tornou-se mais estreita e o topo mais largo, com o aumento do número de trabalhadores em idades mais avançadas, particularmente mulheres entre os 55 e os 64 anos.

Entre dezembro de 2011 e junho de 2025 verificou-se uma diminuição do número de trabalhadores em todos os escalões etários abaixo de 45 anos, não obstante o maior número de mulheres até aos 24 anos (Gráfico 2.2).

Entre dezembro de 2011 e junho de 2025, a idade média dos trabalhadores da AP aumentou 4,8 anos (de 43,6 anos de idade em dezembro 2011 para 48,4 anos em junho 2025). A idade média estimada aumentou em todas as carreiras, com exceção das carreiras médica e de investigação científica. Em junho de 2025, as carreiras de oficial dos registos e

notariado (57,5 anos), administração tributária e aduaneira (54,7 anos) e dirigente superior (54,4 anos), apresentavam as idades médias mais elevadas enquanto as carreiras das forças armadas (34,5 anos), de bombeiro (40,7 anos) e médica (41,1 anos) detinham as idades médias mais baixas (Gráfico 2.3).

Gráfico 2.3 | Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo em 31 de dezembro 2011 e 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

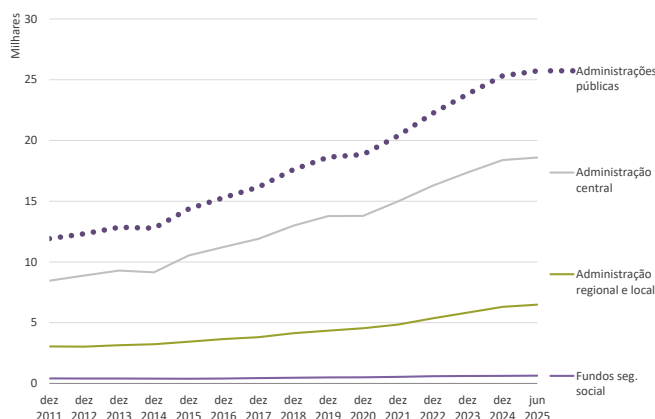


3. Trabalhadores com deficiência nas administrações públicas

No total da AP, entre dezembro de 2011 e junho de 2025, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (com incapacidade permanente igual ou superior a 60%) mais que duplicou, passando de 11 918 para 25 721.

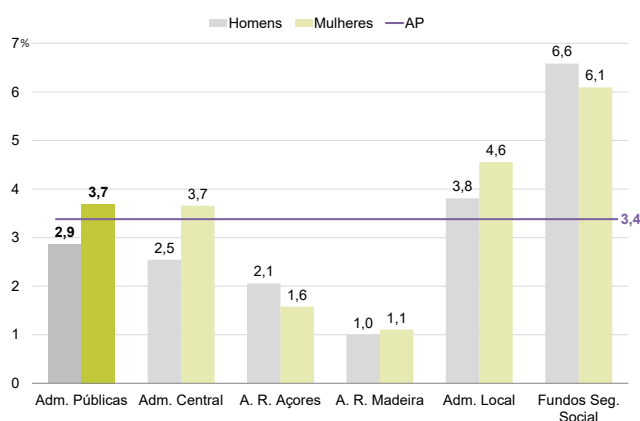
Neste período, o aumento do número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência verificou-se em todos os subsectores, destacando-se a administração central, em termos absolutos e percentuais (Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1 | Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, 31 de dezembro 2011 a 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

Gráfico 3.2 | Proporção de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector e sexo, 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

Em junho de 2025, a proporção de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, no total da AP, foi de 2,9% nos homens e de 3,7% nas mulheres (Gráfico 3.2).

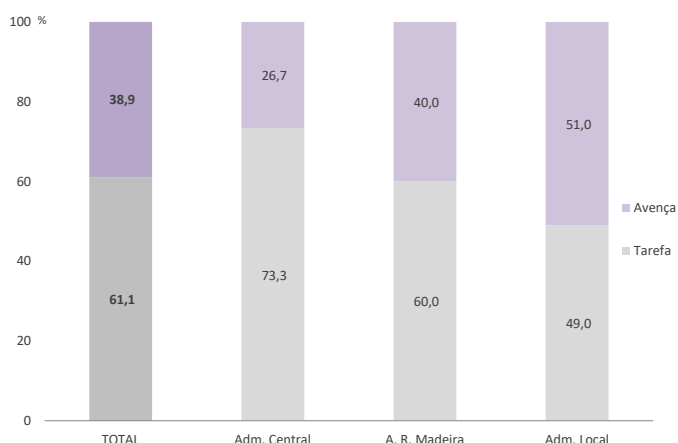
No setor dos fundos da segurança social (6,2%) e na administração local (4,2%), a proporção de trabalhadores com deficiência ficou acima da média da AP (3,4%), situação que se observou também na análise por sexo. As administrações regionais da Madeira e dos Açores registaram menores proporções de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (1,1 e 1,7%, respetivamente).

4. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado

No 1.º semestre de 2025, os contratos de prestações de serviços foram celebrados maioritariamente (61,1%) na modalidade de tarefa.

Esta modalidade predominou nas entidades da administração central e administração regional da Madeira, enquanto nas entidades da administração local foi maior o número de prestadores de serviços com contratos de avença (51,0% do total) (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 | Estrutura das prestações de serviço por modalidade, 1.º semestre 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

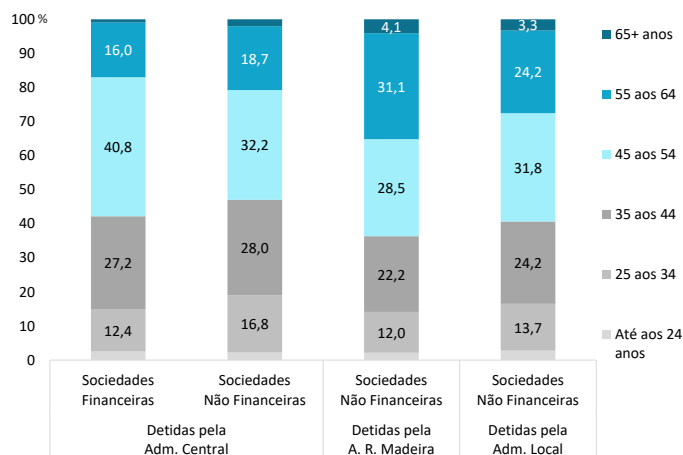
II. ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

5. Emprego em empresas públicas e demais entidades do setor público ⁽¹⁾

Em junho de 2025, o escalão etário dos 45 aos 54 anos era o mais representado entre os 28 626 trabalhadores das empresas públicas e demais entidades do setor público detidas pela administração central, correspondendo a 34,6% do total. Este escalão representava 40,8% dos trabalhadores das sociedades financeiras e 32,2% dos das sociedades não financeiras públicas.

Entre os 23 167 trabalhadores das sociedades do setor público detidas pela administração local, 31,8% tinham entre 45 e 54 anos. Seguiam-se os escalões etários adjacentes, entre os 35 e os 44 anos e entre os 55 e os 64 anos, cada um com 24,2% dos trabalhadores (Gráfico 5.1).

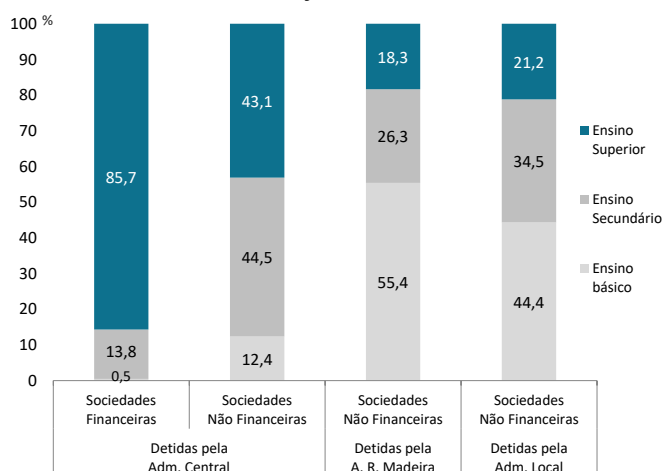
Gráfico 5.1 | Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, regional (Madeira) e local, 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).



Gráfico 5.2 | Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, regional da Madeira e local, 30 de junho 2025



Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 24-10-2025).

Em junho de 2025, 54,9% dos trabalhadores das empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central tinham habilitações ao nível do ensino superior, sendo este indicador mais elevado nas sociedades financeiras (85,7%) do que no conjunto das sociedades não financeiras (43,1%).

Nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira e pela administração local o ensino básico era o nível de escolaridade predominante, correspondendo, respetivamente, a 55,4% e 44,4% dos trabalhadores (Gráfico 5.2).

(1) As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

NOTAS TÉCNICAS

O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, e reformulado e ampliado pela Lei n.º 104/2019 de 6 de setembro, tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas.

Na presente edição do BOEP, o universo de entidades é consistente com a lista de entidades que integram o setor das administrações públicas referente a 2024, publicada pelo INE, I.P. em março de 2025, bem como com informação das contas nacionais sobre as entidades que integram os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, da qual resultam os dados e indicadores para toda a série, desde o 4.º trimestre 2011, publicados na [SIEP 3.º trimestre 2025](#) e respetivo [ficheiro Excel](#).

Ver também *Glossário de Termos Estatísticos* e *Documento Metodológico em: Metodologias, conceitos e nomenclaturas*.

NOTAS | Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.



FICHA TÉCNICA

Título • BOEP Boletim estatístico do emprego público

Editor • DGAEP - Direção-Geral da Administração e Emprego Público

Realização • DIOEP - Departamento de Informação da Organização do Estado e do Emprego Público

Endereço • Rua da Alfândega, 5 - 2.º, 1149-095 Lisboa

Telefone • +351-213 915 300

E-mail • dioep@dgaep.gov.pt

Site • www.dgaep.gov.pt • Estatísticas do Emprego Público

ISSN: 2182-7303

